



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER

**MINUTA DE CONTRATO**

**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CIVIL (BÁSICO, ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E CABEAMENTO ESTRUTURADO) DESTINADOS À EXECUÇÃO DIRETA DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA, VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DAS RESIDÊNCIAS REGIONAIS E USINAS DE ASFALTO VINCULADAS AO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE RONDÔNIA - DER-RO, POR UM PERÍODO DE 01 (UM) ANO, N.º \_\_\_\_ QUE ENTRE SI CELEBRAM, A \_\_\_\_\_ E A EMPRESA \_\_\_\_ (NOME) \_\_\_\_.**

Aos \_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_ do ano de 2024, o **DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTE – DER/RO, sediado a Rua \_\_\_\_\_ n.º \_\_\_\_**, doravante denominada apenas **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Senhor \_\_\_\_\_, RG n.º \_\_\_\_, CPF \_\_\_\_, e a firma \_\_\_\_, CNPJ/MF n.º \_\_\_\_, estabelecida no \_\_\_\_, em \_\_\_\_, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. \_\_\_\_\_, (nacionalidade), RG \_\_\_\_, CPF \_\_\_\_, residente e domiciliado na \_\_\_\_, celebram o presente Contrato, decorrente do **PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 0009.004523/2024-21**, que deu origem o **Pregão Eletrônico n.º \_\_\_\_/202\_/SUPEL/RO**, homologado pela Autoridade Competente, regido pela Lei Nº 14.133/21, bem como demais legislações vigentes, sujeitando-se às normas dos supramencionados diplomas legais, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO – DO OBJETO:** Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de construção civil (Básico, Elétrico, Hidrossanitário e Cabeamento Estruturado) destinados à execução direta de serviços comuns de engenharia, visando atender às demandas das residências regionais e usinas de asfalto vinculadas ao Departamento de Estradas de Rodagem de Rondônia - DER-RO.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS/QUANTIDADES**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO- DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E QUANTIDADES DO OBJETO:**

**MATERIAL BÁSICO DE CONSTRUÇÃO**

GRUPO 01	
DESCRIÇÃO	CONSUMO ESTIMADO
Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de <b>materiais básicos e acabamento</b> . (PORTO VELHO, EXTREMA)	R\$ 1.565.324,42
GRUPO 02	
DESCRIÇÃO	CONSUMO ESTIMADO
Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de <b>materiais básicos e acabamento</b> . (ARIQUEMES, BURITIS, MACHADINHO DO OESTE)	R\$ 1.113.165,09
GRUPO 03	

DESCRIÇÃO	CONSUMO ESTIMADO
Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de <b>materiais básicos e acabamento</b> . (JARU, OURO PRETO DO OESTE, JI-PARANÁ, PRESIDENTE MÉDICI, ALVORADA DO OESTE)	R\$ 1.517.952,39

GRUPO 04	
DESCRIÇÃO	CONSUMO ESTIMADO
Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de <b>materiais básicos e acabamento</b> . (CACOAL, ESPIGÃO DO OESTE, PIMENTA BUENO, ROLIM DE MOURA, SANTA LUZIA D'OESTE, ALTA FLORESTA D'OESTE)	R\$ 1.214.361,91

GRUPO 05	
DESCRIÇÃO	CONSUMO ESTIMADO
Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de <b>materiais básicos e acabamento</b> . (SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ, SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ, COSTA MARQUES)	R\$ 303.590,47

GRUPO 06	
DESCRIÇÃO	CONSUMO ESTIMADO
Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de <b>materiais básicos e acabamento</b> . (VILHENA, COLORADO DO OESTE, CEREJEIRAS)	R\$ 1.214.361,91

**MATERIAL ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS** □

GRUPO 07	
DESCRIÇÃO	CONSUMO ESTIMADO
Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de material elétrico, <b>hidrossanitário e ferramentas</b> . (PORTO VELHO, EXTREMA)	R\$ 199.994,53

GRUPO 08	
DESCRIÇÃO	CONSUMO ESTIMADO
Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de material elétrico, <b>hidrossanitário e ferramentas</b> . (ARIQUEMES, BURITIS, MACHADINHO DO OESTE)	R\$ 153.120,21

GRUPO 09	
DESCRIÇÃO	CONSUMO ESTIMADO
Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de <b>material elétrico, hidrossanitário e ferramentas</b> . (JARU, OURO PRETO DO OESTE, JI-PARANÁ, PRESIDENTE MÉDICI, ALVORADA DO OESTE)	R\$ 153.120,21

GRUPO 10	
DESCRIÇÃO	CONSUMO ESTIMADO
Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de material elétrico, <b>hidrossanitário e ferramentas</b> . (CACOAL, ESPIGÃO DO OESTE, PIMENTA BUENO, ROLIM DE MOURA, SANTA LUZIA D'OESTE, ALTA FLORESTA D'OESTE)	R\$ 153.120,21

GRUPO 11	
DESCRIÇÃO	CONSUMO ESTIMADO

Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de material elétrico, <b>hidrossanitário e ferramentas</b> . (SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ, SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ, COSTA MARQUES)	<b>R\$ 87.497,86</b>
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------

<b>GRUPO 12</b>	
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>CONSUMO ESTIMADO</b>
Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de material elétrico, <b>hidrossanitário e ferramentas</b> . (VILHENA, COLORADO DO OESTE, CEREJEIRAS)	<b>R\$ 153.120,21</b>

#### **MATERIAL LÓGICO/PORTO VELHO**

<b>GRUPO 13</b>	
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>CONSUMO ESTIMADO</b>
Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais CABEAMENTO ESTRUTURADO (PORTO VELHO).	<b>R\$ 45.956,00</b>

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Vinculam a esta contratação, independentemente de transcrição:

- I - O Termo de Referência;
- II - O Edital de Licitação;
- III - A Proposta do contratado;
- IV - Eventual anexos dos documentos supracitados.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

##### **EXECUÇÃO DO OBJETO**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A execução do objeto deve ocorrer conforme a demanda e a necessidade das unidades administrativas da instituição, respeitando os prazos definidos em cada ordem de fornecimento. O fornecimento dos materiais será realizado de forma parcelada, em conformidade com as condições estabelecidas no contrato de registro de preços (ARP). Isso visa garantir o atendimento eficiente e contínuo das necessidades ao longo da vigência do contrato, otimizando a logística e a gestão de estoque. O modo de execução por meio de ARP permite flexibilidade e economia, assegurando o fornecimento sob demanda e evitando desperdícios ou sobrecarga de estoque.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A adoção da execução parcelada permite melhor planejamento e gestão do estoque de materiais, reduzindo custos com armazenamento e garantindo o suprimento contínuo conforme a necessidade real da administração. Além disso, o registro de preços é o mecanismo mais adequado para aquisição de materiais com características padronizadas e de uso recorrente, como os previstos na Tabela SINAPI.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Necessidade de amostras, prova de conceito ou outros testes, apresentação de certificação, laudo ou documento similar:

- Considerando que os materiais a serem adquiridos são padronizados e regulamentados pela Tabela SINAPI, que estabelece normas e especificações técnicas amplamente conhecidas e utilizadas no setor de construção e manutenção de edificações, não há a necessidade de amostras ou provas de conceito. Os fornecedores já devem, por exigência contratual, atender aos requisitos técnicos e normativos da Tabela SINAPI, garantindo a qualidade dos materiais.
- A ausência da necessidade de amostras justifica-se pela natureza dos itens, que são padronizados e regulamentados por normas técnicas consolidadas (Tabela SINAPI). Exigir amostras seria redundante e resultaria em custos adicionais e desnecessários, uma vez que todos os fornecedores devem, obrigatoriamente, cumprir os padrões estabelecidos.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Demais informações essenciais voltadas ao objeto:

- Os materiais a serem adquiridos abrangem categorias básicas, elétricas, hidrossanitárias e de rede lógica/informática, conforme especificações técnicas da Tabela SINAPI. Todos os itens devem estar em

conformidade com as normas de qualidade e segurança aplicáveis, sendo de responsabilidade do fornecedor a garantia do cumprimento das normas vigentes, incluindo certificações obrigatórias quando aplicáveis. A entrega dos materiais deverá ocorrer de forma eficiente, garantindo que o cronograma das obras e manutenções não seja comprometido.

2. É essencial que os materiais estejam de acordo com as especificações técnicas da Tabela Sinapi e as normas de qualidade pertinentes, para assegurar a segurança e eficiência nas obras e manutenções realizadas. Essa exigência visa garantir a integridade dos projetos e a otimização dos recursos públicos, assegurando a conformidade técnica e normativa de todos os materiais fornecidos.

## **EXECUÇÃO DO OBJETO**

**PARÁGRAFO QUINTO:** O início da prestação dos materiais/serviços (**FORNECIMENTO**) pela empresa contratada deverá ocorrer após a publicação da ata de registro de preços no DOE.

## **REGIME DE FORNECIMENTO**

**PARÁGRAFO SEXTO:** Em atendimento ao disposto no art. 121 do Decreto Estadual n.º 28.874/2024, fica estabelecido o percentual de 5% como quantitativo mínimo a ser contratado pelos órgãos gerenciador, e não participantes, com base no valor total pactuado com a empresa vencedora do certame.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** A fixação desse percentual tem como objetivo garantir a continuidade e a eficiência no fornecimento dos materiais, especialmente os relacionados à aquisição com base na Tabela SINAPI, assegurando que o Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes de Rondônia (DER/RO) disponha de uma base inicial de suprimentos capaz de atender às demandas imediatas e de iniciar suas atividades sem interrupções.

**PARÁGRAFO OITAVO:** Esse quantitativo mínimo proporciona à Coordenação de Logística maior previsibilidade e segurança no planejamento operacional, ao mesmo tempo em que mantém a flexibilidade necessária para adequações conforme as demandas reais que venham a surgir ao longo da vigência contratual, fixada em 12 (doze) meses. A definição de um percentual mínimo também fortalece o compromisso do fornecedor com a pronta execução das ordens de fornecimento, garantindo o fluxo contínuo de insumos essenciais às obras e serviços executados pelo DER/RO.

**PARÁGRAFO NONO:** Considerando o caráter variável e imprevisível das demandas de manutenção e reformas prediais, o fornecimento dos materiais será realizado de **FORMA ESCALONADA E SOB DEMANDA**, com entregas efetuadas mediante solicitação formal da Coordenação de Logística. Para assegurar o bom andamento das operações, o prazo máximo para atendimento será de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento da respectiva Ordem de Fornecimento.

**PARÁGRAFO DÉCIMO:** Esse regime de fornecimento contínuo e flexível alinha-se aos objetivos de otimizar o uso de recursos públicos e atender com precisão às necessidades do DER/RO. Dessa forma, é possível garantir uma resposta ágil e eficiente às demandas, assegurando a continuidade e eficácia das obras de manutenção e reformas predial.

## **DO PRAZO DE ENTREGA**

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO:** O prazo de entrega estabelecido é de 30 dias corridos para situações não emergenciais e de grande montante. No entanto, em casos de emergência, que também possam envolver grande quantidade, o prazo é reduzido para 10 dias corridos.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO:** No caso de o prazo máximo coincidir com um final de semana ou feriado, a entrega deve ser efetuada no dia útil anterior.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO:** A solicitação de entrega parcial deve ser feita com, no mínimo, 3 dias de antecedência em relação à data de vencimento, visto que requer aprovação pelo ordenador de despesa.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO:** A entrega dos objetos deverá ser realizada no balcão indicado pelo fornecedor, em cada uma das localidades apontadas nos lotes no item 7 lote deste ETP - Estudo Técnico Preliminar 11 (0058893610). Exceto para os insumos que tiverem contemplado em seu valor unitário os custos de entrega, caso em que o fornecedor deverá providenciar a entrega nas dependências da unidade beneficiada.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO:** Materiais retirados na jazida, sem inclusão de transporte, devem ser

verificados no mercado para avaliar se o valor registrado pela SINAPI é equivalente ao valor do insumo com entrega. Caso não haja conformidade, recomenda-se empregar o método de cálculo de transporte adotado pelo Departamento de Estradas e Rodagens - DER.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO:** A Ata de Registro de Preços permite a aquisição de ferramentas. No caso de compra de equipamentos, é necessário verificar a disponibilidade dos mesmos dentro da SINAPI. Em situações em que não estejam contemplados, é preciso seguir os procedimentos estabelecidos para pesquisas de mercado.

#### **DO LOCAL DE ENTREGA**

**PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO: A ENTREGA DOS OBJETOS DEVERÁ SER REALIZADA NO BALCÃO INDICADO PELO FORNECEDOR,** em cada uma das localidades apontadas nos lotes. Exceto para os insumos que tiverem contemplado em seu valor unitário os custos de entrega, caso em que o fornecedor deverá providenciar a entrega nas dependências da unidade beneficiada.

**PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO:** Materiais retirados na jazida, sem inclusão de transporte, devem ser verificados no mercado para avaliar se o valor registrado pela SINAPI é equivalente ao valor do insumo com entrega. Caso não haja conformidade, recomenda-se empregar o método de cálculo de transporte adotado pelo Departamento de Estradas e Rodagens - DER.

**PARÁGRAFO DÉCIMO NONO:** A Ata de Registro de Preços permite a aquisição de ferramentas e equipamentos. No caso de compra de equipamentos, é necessário verificar a disponibilidade dos mesmos dentro da SINAPI. Em situações em que não estejam contemplados, é preciso seguir os procedimentos estabelecidos para pesquisas de mercado.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO:** Com o propósito de garantir o fornecimento dos materiais necessários para atender a essas demandas, conforme QUADROS a seguir.

LOTES	DESCRIÇÃO / TIPO DE MATERIAIS	LOCALIDADES
1	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais BÁSICO E ACABAMENTO	PORTO VELHO, EXTREMA
2	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais BÁSICO E ACABAMENTO	ARIQUEMES, BURITIS, MACHADINHO DO OESTE
3	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais BÁSICO E ACABAMENTO	JARU, OURO PRETO DO OESTE, JI-PARANÁ, PRESIDENTE MÉDICI, ALVORADA DO OESTE
4	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais BÁSICO E ACABAMENTO	CACOAL, ESPIGÃO DO OESTE, PIMENTA BUENO, ROLIM DE MOURA,
5	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais BÁSICO E ACABAMENTO	SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ, SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ, COSTA MARQUES)
6	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais BÁSICO E ACABAMENTO	VILHENA, COLORADO DO OESTE, CEREJEIRAS
7	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais MATERIAL ELÉTRICO/HIDROSSANITARIO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS.	PORTO VELHO, EXTREMA
8	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais MATERIAL ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS	ARIQUEMES, BURITIS, MACHADINHO DO OESTE
9	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais MATERIAL ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS	JARU, OURO PRETO DO OESTE, JI-PARANÁ, PRESIDENTE MÉDICI, ALVORADA DO OESTE
10	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais MATERIAL ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS	CACOAL, ESPIGÃO DO OESTE, PIMENTA BUENO, ROLIM DE MOURA, SANTA LUZIA D'OESTE, ALTA FLORESTA D'OESTE
11	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais MATERIAL ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS	SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ, SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ, COSTA MARQUES
12	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais MATERIAL ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS	VILHENA, COLORADO DO OESTE, CEREJEIRAS

13	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais CABEAMENTO ESTRUTURADO	PORTO VELHO
----	-----------------------------------------------------------------------------------------	-------------

RESIDÊNCIAS REGIONAIS				
Residência Regional	Endereço	Localidade	Telefones	E-mail
1ª Residência Regional	Rua Amapá n.º 5329, Bairro São José - Cep. 76.993-970	Colorado do Oeste	(69)3341-2177	<a href="mailto:residenciadecolorado@gmail.com">residenciadecolorado@gmail.com</a>
2ª Residência Regional	Rua Vimberê n.º 2188, Setor 04 - Cep 76.873-463	Ariquemes	(69)3535-2987	<a href="mailto:residenciaariquemes.der@hotmail.com">residenciaariquemes.der@hotmail.com</a>
3ª Residência Regional	Rua Burareiro S/N, Setor Industrial - Cep 76-920-000	Ouro Preto	(69)3461-2549	<a href="mailto:residenciaopo@outlook.com">residenciaopo@outlook.com</a>
4ª Residência Regional	Rua Rondônia n.º 1078, Bairro Incra - Cep 76.965-872	Cacoal	(69)3461-2549	<a href="mailto:residenciacacoal@der.ro.gov.br">residenciacacoal@der.ro.gov.br</a>
5ª Residência Regional	Av. Sete de Setembro n.º 5490, Bairro Boa Esperança - Cep 76.940-000	Rolim de Moura	(69)3442-1619 (69)3442-2321	<a href="mailto:residenciarolimdemoura.der@gmail.com">residenciarolimdemoura.der@gmail.com</a>
6ª Residência Regional	RO 133 n.º 4041 - Cep 76.868-000	Machadinho do Oeste	(69)3581-3429	<a href="mailto:der.machadinho@hotmail.com">der.machadinho@hotmail.com</a>
7ª Residência Regional	Av. Independência S/N, Bairro Alto Alegre - Cep 76.930-000	Alvorada	(69)3412-2565	<a href="mailto:7rr.alvorada.p@gmail.com">7rr.alvorada.p@gmail.com</a>
8ª Residência Regional	Br 364 Km 08, Setor Rural - Cep 76.900-000	Ji-Paraná	(69)3416-4822 (69)3423-8055	<a href="mailto:residenciaregionaldejiparana@gmail.com">residenciaregionaldejiparana@gmail.com</a>
9ª Residência Regional	Av. Jo Sato n.º 1280, Bairro Bela Vista	Vilhena	(69)3321-2901	<a href="mailto:residenciavilhena.der@gmail.com">residenciavilhena.der@gmail.com</a>
11ª Residência Regional	Rua Rui Barbosa n.º 250, Bairro Beira Rio - Cep 76.970-970	Pimenta Bueno	(69)3451-3405	<a href="mailto:der2017.pimentabueno@gmail.com">der2017.pimentabueno@gmail.com</a>
12ª Residência Regional	Rua Tapajós n.º 3963, Setor 02 - Cep 76.890-000	Jaru	(69)3521-1553	<a href="mailto:residenciajaru.der@gmail.com">residenciajaru.der@gmail.com</a>
13ª Residência Regional	Rua Antônio Lacerda n.º 4168, Setor Industrial - Cep 76.821-038	Porto Velho	(92)9401-8545	<a href="mailto:residenciaportovelho@der.ro.gov.br">residenciaportovelho@der.ro.gov.br</a>
14ª Residência Regional	BR 364, 1040, Distrito de Extrema, Município de Porto Velho - RO, com coordenadas geográficas - 9°46'18,36599"S-66°20'43,24409"W	Extrema	(69) 992617066	<a href="mailto:der14rrextrema@gmail.com">der14rrextrema@gmail.com</a>
15ª Residência Regional	Av. Ayrton Sena n.º 3766, Setor Industrial - Cep 76.880-000	Buritis	(69)3238-3690	<a href="mailto:derdeburitis@hotmail.com">derdeburitis@hotmail.com</a>
16ª Residência Regional	Rua Dom João n.º 3436, Bairro Cidade Baixa	São Francisco	(69)3621-2399	<a href="mailto:dersaofrancisco@hotmail.com">dersaofrancisco@hotmail.com</a>
USINAS DE ASFALTO				
Residência Regional	Endereço	Localidade	Telefones	E-mail

Usina de Asfalto	RO 257 Km 03 S/N, Zona Ruaral	Ariquemes	(69)3223-0404	<a href="mailto:usinader@gmail.com">usinader@gmail.com</a> <a href="mailto:usinaderportovelho@gmail.com">usinaderportovelho@gmail.com</a>
Usina de Asfalto	Av. Edson Lima n.º 3835, Bairro Jorge Teixeira	Ji-Paraná	(69)3424-1059	<a href="mailto:usinaasfaltojipa@outlook.com">usinaasfaltojipa@outlook.com</a>
Usina de Asfalto	Rua Morumbi Esquina com Paranaíba S/N	Rolim de Moura	(69)98424-8313	<a href="mailto:usinarolim.der@gmail.com">usinarolim.der@gmail.com</a> <a href="mailto:der.usina.cbuqrm@hotmail.com">der.usina.cbuqrm@hotmail.com</a>
Usina de Asfalto	RO 463 (Pátio da Coaja), Zona Rural	Jaru	(69)99205-9667	<a href="mailto:usinajaru.der@gmail.com">usinajaru.der@gmail.com</a>
Usina de Asfalto	Lote 31 LH 04, Setor Prosperidade	Cacoal	(69)98437-0633	<a href="mailto:Der.usinacacoal@gmail.com">Der.usinacacoal@gmail.com</a>
Usina de Asfalto	Setor 13 Quadra 07, Lote 01	Vilhena	(69)99907-4773	<a href="mailto:usinavha@gmail.com">usinavha@gmail.com</a>

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DE BENS DE CONSUMO

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Os materiais de construção devem ser entregues no prazo estipulado no Edital e seus anexos, após o recebimento da nota de empenho e ordem de fornecimento.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Somente serão recebidos produtos em perfeito estado de conservação, sem qualquer defeito aparente.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** O fornecimento dos itens somente será considerado concluído e em condições de ser recebido depois de cumpridas todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA e atestada sua conclusão pela Comissão de Recebimento designada pela Administração;

**PARÁGRAFO QUARTO:** A conferência dos materiais será realizada por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, devendo esta em conformidade com [art. 140, inciso II da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021](#).

**PARÁGRAFO QUINTO:** Caso os itens fornecidos sejam insatisfatórios, será lavrado um Termo de Recusa, no qual serão registradas as não conformidades em relação às especificações. Nessa situação, o material em desacordo será rejeitado, sendo necessário retirá-lo e substituí-lo dentro do prazo estabelecido no item 10 deste Termo de Referência. Durante esse período, serão realizadas novamente as verificações referentes aos itens mencionados. Destaca-se que o pagamento da nota fiscal/fatura será suspenso até a conclusão das correções necessárias, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste termo, decorrente do atraso na entrega verificado nessa hipótese.

**PARÁGRAFO SEXTO:** O recebimento, provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito desempenho do objeto contratado, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas durante o período de garantia.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO RECEBIMENTO

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Em conformidade com o inciso II, do artigo 140, da Lei 14.133, de 2021, o recebimento do objeto ocorrerá da seguinte forma:

a) **PARÁGRAFO SEGUNDO: PROVISORIAMENTE**, em até 10 (dez) dias corridos após a entrega dos materiais, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais.

b) **PARÁGRAFO TERCEIRO: DEFINITIVAMENTE**, em até 15 (quinze) dias corridos após a entrega dos materiais ou 10 (dez) dias corridos após o recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo que comprove o atendimento das exigências contratuais.

#### CLÁUSULA SEXTA - DOS DEVERES DA CONTRATADA

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas nos instrumentos convocatórios.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Não utilizar de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do que dispõe o artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Responsabilizar-se pela fiel execução do objeto.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Entregar o objeto de acordo com as especificações constantes na proposta de preços, no prazo e local indicados na mesma.

**PARÁGRAFO QUINTO:** Comunicar ao órgão Contratante qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

**PARÁGRAFO SEXTO:** Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação da licitação;

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** Deverá satisfazer às especificações em vigor, responsabilizando-se pela troca, em caso de anormalidade, desde que comprometa o uso do produto em questão, independentemente do motivo alegado, conforme parecer do servidor encarregado do recebimento.

**PARÁGRAFO OITAVO:** No caso de conserto, a garantia deve ser realizada por Assistência Técnica Autorizada, indicada pelo fabricante na documentação oficial apresentada pelo licitante durante o respectivo processo.

**PARÁGRAFO NONO:** Caso essa Assistência Técnica Autorizada esteja impossibilitada de cumprir tal função, a garantia deverá ser executada por outra Assistência Técnica Autorizada, que também deverá ser indicada pelo fabricante, ou pelo próprio fabricante do material/equipamento.

**PARÁGRAFO DÉCIMO:** Os materiais ofertados nas propostas de licitação deverão estar em total conformidade com as normas da ABNT e do INMETRO, dentre outros, no que couber, inclusive no que se refere aos prazos de fabricação dos referidos materiais, marca, modelo, etc.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO:** O uso de material improvisado em substituição ao especificado é estritamente proibido, e quaisquer adaptações que comprometam a qualidade do serviço não serão toleradas.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO:** Materiais que não estejam de acordo com as especificações contidas na requisição serão recusados, e fica a critério da Contratante a elaboração de um relatório para registrar a recusa do insumo. A Contratada será formalmente comunicada sobre os materiais recusados deverá providenciar sua retirada no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO:** A entrega dos objetos deverá ser realizada no balcão indicado pelo fornecedor, em cada uma das localidades apontadas nos lotes. Exceto para os insumos que tiverem contemplado em seu valor unitário os custos de entrega, caso em que o fornecedor deverá providenciar a entrega nas dependências da unidade beneficiada.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO:** Materiais retirados na jazida, sem inclusão de transporte, devem ser verificados no mercado para avaliar se o valor registrado pela SINAPI é equivalente ao valor do insumo com entrega. Caso não haja conformidade, recomenda-se empregar o método de cálculo de transporte adotado pelo Departamento de Estradas e Rodagens - DER.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO:** Realizar cadastro no sistema SEI, bem como manter suas informações atualizadas até o término de suas obrigações.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO:** A Contratada é responsável pela segurança do transporte dos materiais até o local da entrega, somente se desincumbindo desse ônus com o recebimento provisório dos materiais.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO:** Antes da assinatura do contrato, a contratada deverá informar o nome do seu representante, caso utilize de instrumento de procuração para representar a empresa.

**PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO:** Prestar à CONTRATANTE qualquer informação sobre o objeto a ser adquirido, sobretudo qualquer dificuldade encontrada na entrega do objeto.

**PARÁGRAFO DÉCIMO NONO:** Indicar e manter, durante o cumprimento do contrato, funcionário da empresa com poderes para resolver quaisquer adversidades referentes a obrigações contratuais para atuar como preposto, mantendo atualizado o seu telefone de contato.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO:** O início da prestação dos materiais/serviços (**FORNECIMENTO**) pela empresa contratada deverá ocorrer após a publicação da ata de registro de preços no DOE.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO:** Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, as obrigações



decorrentes do contrato.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO:** A Contratada é responsável por cumprir todas as obrigações estabelecidas no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente os riscos e despesas relacionados à execução adequada do objeto contratado. Isso inclui garantir a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme as especificações, prazos e localidades definidos no Termo de Referência e seus anexos, acompanhada da respectiva nota fiscal, na qual devem constar informações como marca, valor, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO TERCEIRO:** A Contratada deve se responsabilizar pelos vícios e danos decorrentes do objeto, conforme previsto nos artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990). Em caso de avarias ou defeitos, deve substituir, reparar ou corrigir o objeto, às suas próprias custas, dentro do prazo.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUARTO:** Realizar testes e reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, as partes do objeto desta licitação em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação para tal.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUINTO:** É importante ressaltar que a execução da garantia, incluindo a substituição de material/equipamento ou conserto, não acarretará, em nenhuma circunstância, ônus para a CONTRATANTE. Além disso, a CONTRATADA deve estender à CONTRATANTE o mesmo prazo de garantia concedido pelo fabricante do material/equipamento, quando este for superior ao estabelecido na Lei nº 8.078/90.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEXTO:** A Contratada deve comunicar à Contratante, com a devida comprovação, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas antes da data de entrega, qualquer motivo que impossibilite o cumprimento do prazo previsto.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO SÉTIMO:** Assumir total responsabilidade por quaisquer perdas e danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão, intencional ou negligente, sem prejuízo de outras penalidades contratuais ou legais aplicáveis, danos pessoais ou materiais ao patrimônio público ou privado, bem como danos ambientais ocasionados por seus funcionários ou equipamentos durante a execução;

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO OITAVO:** As especificações dos bens entregues devem ser lançadas na Nota Fiscal de forma idêntica àquelas constantes na requisição fornecida pelo fiscal do contrato.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO NONO:** Durante toda a execução do contrato, a Contratada deve manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, além de indicar um preposto para representá-la. A Contratada é responsável por qualquer dano causado à Administração, a terceiros ou ao meio ambiente durante o fornecimento do objeto da licitação, não podendo alegar que a Administração realizou a fiscalização como motivo para excluir sua responsabilidade.

**PARÁGRAFO TRIGÉSIMO PRIMEIRO:** Todos os custos decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, incluindo tributos e despesas com frete, devem ser arcados pela Contratada, sem ônus para a Contratante, e os pagamentos devem ser efetuados conforme previsto em lei.

**PARÁGRAFO TRIGÉSIMO SEGUNDO:** A Contratada deve cumprir toda a legislação ambiental, de trânsito, trabalhista e de Segurança do Trabalho pertinentes à exploração, transporte, carga e descarga dos materiais licitados.

**PARÁGRAFO TRIGÉSIMO TERCEIRO:** É de responsabilidade da contratada elaborar e implementar os Planos de Prevenção de Acidentes, Manejo Ambiental, Gerenciamento de Resíduos, Controle Médico de Saúde Ocupacional, Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria de Construção, assim como todos os planos e programas relacionados à atividade exercida.

**PARÁGRAFO TRIGÉSIMO QUARTO:** A Contratada é responsável por promover a destinação final ambientalmente adequada dos resíduos, conforme exigido pela legislação.

**PARÁGRAFO TRIGÉSIMO QUINTO:** Na aquisição de materiais conforme a Tabela SINAPI, a Contratada deve adotar critérios de sustentabilidade ambiental, conforme orienta o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e a Lei 14.133/2021. A Contratada deverá assegurar práticas sustentáveis ao longo de todo o processo produtivo, abrangendo desde a extração de matérias-primas até o fornecimento final dos produtos.

**PARÁGRAFO TRIGÉSIMO SEXTO:** Em relação ao Desenvolvimento Nacional Sustentável, apresentamos alguns pontos a ser seguidos:

I - Tecnologia de aplicação eficiente: Equipamentos modernos de aplicação dos materiais, como equipamentos elétricos, que promovam eficiência energética (como lâmpadas LED e sensores de presença). Para materiais hidrossanitários, a preferência é por equipamentos que permitam economia de água, como torneiras com redutores de vazão e válvulas de descarga de baixo consumo.

II - Reciclagem e disposição adequada: Práticas de trabalho sustentáveis, como a reciclagem de uso de materiais recicláveis e reciclados na construção civil, como tubos e conexões de PVC reciclado, metais ou outros componentes que possam ser reutilizados ou reciclados ao final de sua vida útil.

III - Alternativas de baixo COVs: Para produtos que envolvem processos químicos, como tintas e acabamentos, deve-se dar preferência aos que emitam menos compostos orgânicos voláteis (COVs) ou poluentes tóxicos.

IV - A Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 3º e 10º da Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 1, de 19/01/2010.

**PARÁGRAFO TRIGÉSIMO SÉTIMO:** A Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, deve ser observada no que tange ao uso de substâncias químicas e práticas produtivas que possam gerar impactos negativos ao meio ambiente. As empresas fornecedoras devem adotar processos que garantam a gestão adequada de resíduos, reduzam a emissão de poluentes e conservem os recursos naturais.

**PARÁGRAFO TRIGÉSIMO OITAVO :** A responsabilidade pela conformidade com as normas ambientais vigentes recai sobre a empresa contratada, que deverá garantir que todos os materiais adquiridos sigam padrões sustentáveis, sem causar degradação ao meio ambiente. Dessa forma, o processo de aquisição de materiais da Tabela SINAPI deverá promover a proteção do meio ambiente e incentivar práticas produtivas que contribuam para o desenvolvimento sustentável.

**PARÁGRAFO TRIGÉSIMO NONO:** A contratada deve cumprir os critérios de aceitabilidade: Devem estar em conformidade com normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), como resistência e durabilidade.; Preços e especificações devem seguir a Tabela SINAPI para garantir a adequação econômica e técnica.; Materiais devem ser uniformes em textura, cor e acabamento, além de não apresentarem defeitos visíveis (trincas, quebras, etc.); Devem atender a requisitos de resistência mecânica (compressão, peso e impacto); Devem atender às normas ABNT e SINAPI, com foco em resistência, uniformidade e durabilidade; Precisam de conformidade com normas como NBR 5410, certificação INMETRO, e segurança no isolamento para evitar acidentes; e Devem seguir normas ABNT e apresentar estanqueidade e resistência à corrosão, além de certificação para água potável.

**PARÁGRAFO QUADRAGÉSIMO:** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

**PARÁGRAFO QUADRAGÉSIMO PRIMEIRO:** A contratada de cumprir as exigências reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, previstas em lei e em outras normas específicas

## **CLÁUSULA SÉTIMA - DOS DEVERES DO CONTRATANTE**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em

parte, às suas expensas;

**PARÁGRAFO QUARTO:** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

**PARAGRAFO QUINTO:** Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

**PARÁGRAFO SEXTO:** Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

**PARÁGRAFO OITAVO :** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

**PARÁGRAFO NONO:** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

**PARÁGRAFO DÉCIMO:** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO:** O Contratante não se responsabilizará por qualquer dano ou prejuízo que venha a ocorrer ao material abandonado em suas dependências, podendo dar-lhe a destinação que julgar conveniente, após ter decorrido 30 (trinta) dias de abandono;

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO:** Registrar os defeitos, as falhas e as imperfeições detectadas e comunicar à Contratada; e

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO:** Elaborar Instrução Geral de Quadros de Capacitação para os servidores que atuarão como Gestores e Fiscais dos Contratos de seus respectivos grupos;

**CLÁUSULA OITAVA - DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O valor do presente Contrato é de R\$ \_\_\_\_ (\_\_\_\_) de acordo com os valores especificados na Proposta de preços e Planilhas de Preços.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** As despesas decorrentes desta aquisição correrão por conta dos recursos provenientes do **DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTE – DER/RO**, conforme Pré-Empenho com a devida Declaração de Adequação Financeira.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** O referido objeto de contratação, tem a seguinte dotação orçamentária conforme quadro abaixo:

*1.1 - Quadro de Dotação Orçamentária*

Programa de Trabalho	Grupo de Programação Financeira	Fontes de Recurso	Unidade Gestora	Natureza de Despesa
26.122.1015.2935	330	1.500.0.00001 / 2.500.0.00001 / 1.501.0.00001 / 2.501.0.00001 / 1.899.0.00001 / 2.899.0.000001 / 1.720.0.00001	11025	33.90.30

**CLÁUSULA NONA - CRITÉRIOS DO PAGAMENTO**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O pagamento será realizado por meio de Ordem Bancária e depósito em conta bancária informada pela CONTRATADA, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados da entrega, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente certificada pela Comissão de Recebimento, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgão fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes;

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** As notas fiscais/faturas deverão ser emitidas em 2 (duas) vias e apresentadas à CONTRATANTE para certificação, devendo conter em seu corpo a descrição do objeto, a indicação do número da Ata de Registro de Preços e da conta bancária da Contratada. Caso haja Termo de Contrato, a Nota Fiscal deverá apresentar o número do instrumento contratual.

**PARÁFRAGO TERCEIRO:** A(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) deverá(ão), ainda, estar acompanhada(s), obrigatoriamente, das certidões que atestem a regularidade perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, ao recolhimento do FGTS e do INSS e aos Débitos Trabalhistas;

**PARÁGRAFO QUARTO:** Em caso de atraso de pagamento, motivado exclusivamente pela Administração Contratante, o valor devido deverá ser acrescido de atualização monetária, a ser calculada entre a data limite para o pagamento e o efetivo adimplemento da parcela, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = N \times VP \times I$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da Parcela a ser paga

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$I = (TX/100)/365$  I = .....

TX = Percentual atribuído ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA

**PARÁGRAFO QUINTO:** Havendo erro ou irregularidade na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à Contratada para as necessárias correções, com as informações que motivam sua rejeição, e o pagamento ficará pendente até que se providenciem as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou apresentação de novo documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE;

**PARÁGRAFO SEXTO:** A Administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no órgão;

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela contratada, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

**PARÁGRAFO OITAVO:** No ato de liquidação da despesa, os serviços de contabilidade comunicarão aos órgãos da administração tributária as características da despesa e os valores pagos, conforme o disposto no [art. 146 da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021](#).

**PARÁGRAFO NONO:** O pagamento será creditado em favor da empresa fornecedora por meio de ordem bancária, contra qualquer banco indicado na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome, número da agência e o número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

**PARÁGRAFO DÉCIMO:** A administração não pagará, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, seja ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no órgão.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO:** Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou à prestação de serviços, conforme o disposto no [art. 145 da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021](#), com exceções explícitas no [art. 145, § 1º](#) da referida lei.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO:** É condição para o pagamento do valor constante de cada Nota Fiscal, a apresentação dos seguintes documentos: a. Certificado de Regularidade com Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - [Consulta de Regularidade do Empregador](#); b. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - [Consulta de Regularidade TST](#); c. Certidão Negativa de Débitos Municipais; d. Certidão Negativa de Tributos Estaduais; e. Certidão Negativa de Débitos Federais - [Consulta de Regularidade Ministério da Fazenda](#);

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO:** No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal de Serviços/Fatura, serão os mesmos restituídos à adjudicatária para as correções necessárias, não respondendo os órgãos requisitantes, por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO:** A contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO:** Caso se constate erro ou irregularidade de parcela pequena na Nota

Fiscal, a ADMINISTRAÇÃO, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-las, com a glosa da parte que considerar indevida.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO:** Serão aceitas certidões positivas, desde que com efeito negativo, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DO INSTRUMENTO CONTRATUAL, ADITIVOS E SUPRESSÕES**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da publicação do extrato no Diário Oficial do Estado (DIOF).

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O adjudicatário terá o **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para formalizar a assinatura do Termo Contratual, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo de Referência.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Como condição para celebração do Instrumento Contratual, a empresa deverá manter as mesmas condições de habilitação exigidas neste instrumento, devendo comunicar ao órgão Contratante, imediatamente, a alteração que possa comprometer a execução do objeto contratado.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 desta Lei N.º14.133/2021, o contratado será obrigado a aceitar, **nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

**PARÁGRAFO QUINTO:** As alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 desta Lei não poderão transfigurar o objeto da contratação.

**PARÁGRAFO SEXTO:** Fica vedada a celebração de termos aditivos a este contrato, exceto se verificada uma das seguintes hipóteses, conforme Art. 133 da Lei n.º 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DO OBJETO**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A contratada responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os art. 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A execução da garantia, incluindo a substituição de material/equipamento ou conserto, não acarretará, em nenhuma circunstância, ônus para a CONTRATANTE.

**PARÁGRAFO QUARTO:** A CONTRATADA deverá estender à CONTRATANTE o mesmo prazo de garantia concedido pelo fabricante do material/equipamento, quando este for superior ao estabelecido na Lei nº 8.078.

**PARÁGRAFO QUINTO:** A garantia, no caso de conserto, será realizada por Assistência Técnica Autorizada, indicada pelo fabricante na documentação oficial apresentada pelo licitante no respectivo processo.

**PARÁGRAFO SEXTO:** Caso essa Assistência Técnica Autorizada esteja impossibilitada de cumprir tal função, a garantia deverá ser executada por outra Assistência Técnica Autorizada, que também deverá ser indicada pelo fabricante, ou pelo próprio fabricante do material/equipamento.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** Os produtos deverão ter garantia mínima de 12 (doze) meses contados da data entrega (descrita em cada embalagem).

- a) Na embalagem do produto;
- b) Nome do produto;
- c) Nome comercial;
- d) Data de fabricação e prazo de validade;
- e) Identificação da partida de fabricação;
- f) Nome e endereço do fabricante;

g) Quantidade contida no recipiente, em litro.

h) Nome do químico responsável e o número de identificação no Conselho Regional dos Químicos, quando necessário.

**PARÁGRAFO OITAVO:** A CONTRATADA deverá encaminhar materiais para análise e testes, e responder qualquer questionamento, quanto a qualidade do material, quando necessário;

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS**

**PARÁGRAFO ÚNICO:** As omissões, dúvidas e casos não previstos neste instrumento, serão resolvidos e decididos aplicando as regras contratuais e a Lei Federal N.º 14.133/21 e suas alterações.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A Contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**PARÁGRAFO QUARTO:** A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

**PARÁGRAFO QUINTO:** A Contratada deverá manter um Preposto, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do contrato.

**PARÁGRAFO SEXTO:** A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** A fiscalização não exclui, nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com os [Arts. 119 e 120 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021](#).

## **FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**PARÁGRAFO OITAVO:** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

**PARÁGRAFO NONO:** Será designado para a função de fiscal de contrato servidor com experiência e conhecimento na área relativa ao objeto contratado, designado para auxiliar o gestor do contrato quanto à fiscalização dos aspectos administrativos e técnicos do contrato, cabendo-lhe, dentre outras atribuições inerentes às funções expostas no Decreto Estadual n.º 28.874/2024, na seção VIII, Capítulo I;

**PARÁGRAFO DÉCIMO:** Comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual

## **GESTÃO DO CONTRATO**

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO:** As atividades de Gestão e Fiscalização deverão ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática e exercidas por agentes públicos, por equipe de fiscalização ou por agente público único, de acordo com a complexidade da contratação, assegurada a distinção das atividades (artigo 19, Decreto Estadual n.º 28.874/2024)

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDA:** O gestor do contrato tem como função administrar o contrato até o término de sua vigência, desempenhando as atribuições administrativas que são inerentes ao controle individualizado de cada contrato, que cabe a ele seguir as funções expostas no artigo 20, do Decreto Estadual n.º 28.874/2024.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO:** Caberá ao **FISCAL TÉCNICO** e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, as atividades listadas no art. 23 do Decreto Estadual n. 28.874, de 2024.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO:** O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO:** O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO:** Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO:** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

**PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO:** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

**PARÁGRAFO DÉCIMO NONO:** O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO:** Caberá ao **FISCAL ADMINISTRATIVO** e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, as atividades listadas no art. 24 do Decreto Estadual n. 28.874, de 2024.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO:** Além disso, o fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO:** Os relatórios elaborados pela fiscalização do contrato administrativo deverão abordar, no que couber, o pontos elencados no art. 25 do Decreto Estadual n. 28.874, de 2024.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO TERCEIRO:** Caso a execução do contrato ocorra em setores distintos ou em unidades descentralizadas, **será designado FISCAIS SETORIAIS nos locais**, de modo que haja acompanhamento na execução nos aspectos técnicos ou administrativos, conforme previsão do §1º e §2º, do art. 19 do Decreto Estadual n. 28.874, de 2024.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DOS CONTRATOS**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos Arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contados a partir da data de apresentação da proposta comercial.

**PARAGRAFO TERCEIRO:** Após o interregno de um ano, a contratante deverá apresentar requerimento expresso para reajuste dos preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, **do índice IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade

**PARÁGRAFO QUARTO:** No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo;

**PARÁGRAFO QUINTO:** Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;



**PARÁFRAGO SEXTO:** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

**PARÁGRAFO OITAVO:** Para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato, de acordo com a alínea d, inciso II, do Art. 124 Lei nº 14.133, de 2021;

**PARÁGRAFO NONO:** O pedido de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser apresentado pela contratada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do fato gerador de seu direito (art. 151, Decreto Estadual n.º 28.874/2024);

**PARÁGRAFO DÉCIMO:** Os pedidos de **reajustamento em sentido estrito, repactuação e revisão**, além da documentação específica relativa ao requerimento elencada nos artigos 154 a 163, deverão ser instruídos conforme previsto no artigo 152 do Decreto Estadual n.º 28.874/2024.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO:** O prazo de resposta ao pedido do equilíbrio econômico-financeiro se dará em até 60 (sessenta) dias.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O contratado estará sujeito ao [Art. 155 da Lei 14.133/21](#), a empresa participante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

Art. 155. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** No caso de algumas das infrações listadas acima, serão aplicadas ao responsável as seguintes sanções, de acordo com o Art. 156 da Lei 14.133/21:

Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;



IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Pela inexecução total ou parcial do objeto, o DER/RO poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa contratada as seguintes sanções:

**PARÁGRAFO QUINTO: Advertência,** que será aplicada por meio de notificação, estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa contratada apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da Administração;

**PARÁGRAFO SEXTO: Multa moratória** correspondente a **0,5% (cinco décimos por cento)** sobre o valor total do contrato, por dia de atraso no cumprimento das obrigações assumidas, até a data do efetivo adimplemento, observado o limite de 10 (dez) dias corridos, após o qual será caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato ou instrumento equivalente, conforme o caso;

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** A multa moratória será aplicada a partir do 1º dia útil da inadimplência, contado da data definida para o regular cumprimento da obrigação;

**PARÁGRAFO OITAVO: Multa moratória** de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre a parte inadimplida, por dia de atraso na assinatura do instrumento contratual ou no recebimento da Ordem de Fornecimento ou da Nota de Empenho, observado o limite de 10 (dez) dias corridos, após o qual será caracterizada a inexecução total do contrato ou instrumento equivalente, salvo no caso de justificativa aceita pela Administração;

**PARÁGRAFO NONO: Multa** de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa injustificada em assinar o instrumento contratual, em aceitar ou retirar o instrumento equivalente (nota de empenho), ou em receber a Ordem de Fornecimento, caso em que será caracterizada a inexecução total do objeto não prestado, salvo no caso de justificativa aceita pela Administração;

**PARÁGRAFO DÉCIMO: Multa** de 10% (dez por cento) sobre a parte inadimplida, no caso de inexecução parcial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao DER/RO e/ou ao Estado de Rondônia pela execução parcial do contrato;

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: Multa** de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de sua inexecução total, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao DER/RO e/ou ao Estado de Rondônia;

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: Multa** de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, pela recusa injustificada na substituição de equipamentos ou serviço em desacordo com o contrato no prazo estabelecido neste Termo de Referência;

**PARÁGRAFOS DÉCIMO TERCEIRO: Multa moratória** de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total do contrato, **por dia de atraso na substituição do material defeituoso**, observado o limite de 10 (dez) dias corridos, após o qual será considerada a inexecução parcial do contrato, salvo em caso de justificativa aceita pela administração;

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO:** Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, com percentuais de multa, sobre a parte inadimplida do contrato, conforme a tabela a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU	MULTA (*)
01	Executar a entrega incompleta, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar; por ocorrência.	02	0,4% por dia
02	Recusar-se a executar as determinações feitas pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado; por ocorrência.	04	1,6% por dia
03	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, a prestação do serviço contratado.	05	3,2% por dia
04	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes; por ocorrência.	05	3,2% por dia
05	Permitir situação que crie a possibilidade ou cause danos físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	06	4,0% por dia
06	Inexecução parcial ou total do contrato.	10	10 %
<b>Para os itens a seguir, deixar de:</b>			
07	Manter a documentação de habilitação atualizada; por item, por ocorrência.	01	0,2% por dia
08	Iniciar a entrega nos prazos estabelecidos, observados os limites mínimos estabelecidos por este Contrato; por item, por ocorrência.	02	0,2% por dia
09	Ressarcir o órgão por eventuais danos causados por sua culpa;	02	0,4% por dia

10	Cumprir quaisquer dos itens do Termo de Referência e seus anexos, mesmo que não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	03	0,8% por dia
11	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO, por ocorrência.	03	0,8% por dia

(\*) Incide sobre a parte inadimplida.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO:** As sanções previstas nos incisos I, III e IV do **subitem 24.2.** poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo **subitem**.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO:** As multas eventualmente impostas à Contratada serão descontadas dos pagamentos a que fizer jus, acrescidas de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO:** Aplicação de juros sobre o atraso no pagamento das multas, em casos em que não houver saldo suficiente para glosa dos valores, devendo ser calculada após a decisão do Gestor Público.

**PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO:** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro Estadual de Fornecedores Impedidos de Licitar (CAGEFIMP), e a caso de suspensão de licitar, a empresa contratada deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas das demais cominações legais.

**PARÁGRAFO DÉCIMO NONO:** A licitante, adjudicatária ou contratada que cometer as infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI e XII, do artigo 155, da Lei nº 14.133, de 2021, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado, conforme disposições dos § 4º e §5º o art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO:** No caso de aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do subitem 24.2., a mesma deverão ser precedidas de processo administrativo conforme diretrizes presentes no art. 186 do Decreto Estadual n.º 28.874/2024.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO E/OU TRANSFERÊNCIA, FUSÃO, CISÃO E/OU INCORPORAÇÃO**

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Fica **VEDADA** a subcontratação total ou parcial do objeto, pela contratada à outra empresa, a cessão ou transferência total ou parcial do objeto licitado e/ou obrigações inerentes, bem como a a fusão, cisão ou incorporação. A vedação da subcontratação total ou parcial do objeto contratual, bem como a cessão ou transferência total ou parcial do objeto licitado e/ou obrigações inerentes, e a fusão, cisão ou incorporação, é uma medida necessária e prudente por várias razões fundamentais que garantem a integridade, a eficiência e a transparência do processo contratual.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A CONTRATADA deverá observar e cumprir, sempre que aplicável, os critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, em conformidade com as diretrizes do Decreto nº 21.264, de 20 de setembro de 2016, bem como demais normativas e políticas públicas voltadas para a redução de impactos ambientais e promoção do consumo sustentável.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Todos os produtos fornecidos deverão atender integralmente às normas e especificações técnicas vigentes, incluindo aquelas estabelecidas por órgãos reguladores e de normalização, tais como: Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), International Organization for Standardization (ISO), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e Ministério da Saúde. O cumprimento dessas diretrizes assegura que os produtos comercializados apresentem qualidade, segurança e conformidade regulatória, alinhando-se às melhores práticas do mercado.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Além disso, visando a minimização dos impactos ambientais e a promoção de um modelo de fornecimento sustentável, os produtos fornecidos devem, preferencialmente:

**PARÁGRAFO QUARTO:** Ser fabricados total ou parcialmente com materiais reciclados, atóxicos e biodegradáveis, conforme as especificações das normas ABNT NBR 15448-1 e 15448-2, de forma a reduzir o consumo de recursos naturais e fomentar a economia circular;

**PARÁGRAFO QUINTO:** Possuir certificação do INMETRO que ateste sua classificação como produto sustentável ou que demonstre um menor impacto ambiental em comparação a produtos similares convencionais, incentivando o desenvolvimento de tecnologias mais limpas e eficientes;

**PARÁGRAFO SEXTO:** Ser acondicionados em embalagens otimizadas, preferencialmente individuais, com volume reduzido e fabricadas com materiais recicláveis, garantindo a máxima proteção durante o transporte e armazenamento, sem comprometer a sustentabilidade da cadeia produtiva;

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** Estar isentos de substâncias perigosas em concentrações superiores aos limites estabelecidos pela diretiva RoHS (Restriction of Hazardous Substances), restringindo a presença de elementos como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs) e éteres difenil-polibromados (PBDEs), que são prejudiciais à saúde humana e ao meio ambiente.

**PARÁGRAFO OITAVO:** Além do atendimento aos requisitos de sustentabilidade incorporados na descrição do objeto contratual, a CONTRATADA deverá observar e seguir as diretrizes estabelecidas pelo Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, promovendo boas práticas ambientais ao longo de toda a cadeia de suprimentos.

**PARÁGRAFO NONO:** A adoção dessas medidas visa garantir a responsabilidade ambiental na aquisição de bens e serviços, incentivando a inovação, a eficiência e a redução dos impactos ambientais associados às atividades da Administração Pública, em consonância com os princípios da economicidade, eficiência e desenvolvimento sustentável

**PARÁGRAFO DÉCIMO:** Na aquisição de materiais conforme a Tabela SINAPI, é essencial adotar critérios de sustentabilidade ambiental, conforme orienta o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e a Lei 14.133/2021. A empresa contratada deverá assegurar práticas sustentáveis ao longo de todo o processo produtivo, abrangendo desde a extração de matérias-primas até o fornecimento final dos produtos.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO:** Em relação ao Desenvolvimento Nacional Sustentável, apresentamos alguns pontos a ser seguidos.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO:** Tecnologia de aplicação eficiente: Equipamentos modernos de aplicação dos materiais, como equipamentos elétricos, que promovam eficiência energética (como lâmpadas LED e sensores de presença). Para materiais hidrossanitários, a preferência é por equipamentos que permitam economia de água, como torneiras com redutores de vazão e válvulas de descarga de baixo consumo.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO:** Reciclagem e disposição adequada: Práticas de trabalho sustentáveis, como a reciclagem de uso de materiais recicláveis e reciclados na construção civil, como tubos e conexões de PVC reciclado, metais ou outros componentes que possam ser reutilizados ou reciclados ao final de sua vida útil.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO:** Alternativas de baixo COVs: Para produtos que envolvem processos químicos, como tintas e acabamentos, deve-se dar preferência aos que emitam menos compostos orgânicos voláteis (COVs) ou poluentes tóxicos.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO:** A Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 3º e 10º da Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO:** A Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, deve ser observada no que tange ao uso de substâncias químicas e práticas produtivas que possam gerar impactos negativos ao meio ambiente. As empresas fornecedoras devem adotar processos que garantam a gestão adequada de resíduos, reduzam a emissão de poluentes e conservem os recursos naturais.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO:** A responsabilidade pela conformidade com as normas ambientais vigentes recai sobre a empresa contratada, que deverá garantir que todos os materiais adquiridos sigam padrões sustentáveis, sem causar degradação ao meio ambiente. Dessa forma, o processo de aquisição de materiais da Tabela SINAPI deverá promover a proteção do meio ambiente e incentivar práticas produtivas que contribuam para o desenvolvimento sustentável.

**PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO:** A contratada deve cumprir os critérios de aceitabilidade: Devem estar em conformidade com normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), como resistência e durabilidade.; Preços e especificações devem seguir a Tabela SINAPI para garantir a adequação econômica e técnica.; Materiais devem ser uniformes em textura, cor e acabamento, além de não apresentarem defeitos visíveis (trincas, quebras, etc.); Devem atender a requisitos de resistência mecânica (compressão, peso e impacto); Devem atender às normas ABNT e SINAPI, com foco em resistência, uniformidade e durabilidade; Precisam de conformidade com normas como NBR 5410, certificação INMETRO, e segurança no isolamento para evitar acidentes; e Devem seguir normas ABNT e apresentar estanqueidade e resistência à corrosão, além de certificação para água potável.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA- DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DOS CONTRATOS**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O descumprimento de qualquer Cláusula ou de simples condição deste Contrato, assim como a execução do seu objeto em desacordo com o estabelecido em suas Cláusulas e Condições, dará direito à CONTRATANTE de rescindi-lo mediante notificação expressa, sem que caiba à CONTRATADA qualquer direito, exceto o de receber o estrito valor correspondente ao fornecimento realizado, desde que estejam de acordo com as prescrições ora pactuadas, assegurada a defesa prévia.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A rescisão contratual consensual será efetuada na seara administrativa e em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais legislações pertinentes.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Art. 137. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

Art. 137. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Poderá rescindir ocorrendo quaisquer das situações prevista no Arts. 138 e 139, da Lei Federal n.º 14.133/21, ou ainda pela inobservância de quaisquer condições pactuadas no instrumento contratual, conforme os dispositivos legais.

**PARÁGRAFO QUINTO:** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**PARÁGRAFO SEXTO:** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** O termo de extinção, sempre que possível, será precedido: Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos; Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; Indenizações e multas.

**PARÁGRAFO OITAVO:** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo

## **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA MATRIZ DE RISCO**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A matriz de risco que consta citada no anexo 41.3 do Termo de Referência, tem como objetivo definir as áreas de exposição da execução do objeto, advindas de eventos supervenientes à contratação. Dado este relevante, para a identificação, prevenção e respectivas responsabilidades pela eventual ocorrência, bem como para apresentação das propostas pelas licitantes/contratada.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A contratada deverá ter pleno conhecimento, quando da participação do processo licitatório, da natureza e extensão dos riscos por ela assumidos, e garantindo ter levado tais riscos em consideração quando na formulação de sua proposta.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Constituem riscos a serem suportados pelo contratante em conformidade com a matriz de risco:

- 0.1. Mudanças Climáticas;
- 0.2. Não conformidade com critérios de sustentabilidade;
- 0.3. Aumento de custos devido à utilização de materiais não sustentáveis; e
- 0.4. Rejeição pública devido à falta de práticas sustentáveis.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Constituem riscos a serem suportados pelo contratada em conformidade com a matriz de risco:

1. Disponibilidade de Fornecedores;
2. Disponibilidade de Fornecedores;
3. Qualidade dos Materiais;
4. Atrasos na Entrega;
5. Danos durante o Transporte;
6. Crédito - Inadimplência ou atraso de pagamento pela contratante;
7. Impacto ambiental negativo devido ao uso de materiais poluentes; e
8. Escassez de materiais sustentáveis disponíveis no mercado.

**PARÁGRAFO QUINTO:** Constituem riscos a serem COMPARTILHADOS pelas partes, em conformidade com a matriz risco:

1. Mudanças na Regulamentação;
2. Flutuações de Preços; e
3. Reequilíbrio Contratual.

**PARÁGRAFO QUINTO:** A contratada deverá ter pleno conhecimento, quando da participação do processo licitatório, da natureza e extensão dos riscos por ela assumidos, e garantindo ter levado tais riscos em consideração quando na formulação de sua proposta.

**PARÁGRAFO SEXTO:** A Contratada somente poderá solicitar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro ou aditivo de prazo nas hipóteses excluídas de sua responsabilidade na matriz de risco.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** Os casos omissos na matriz de riscos serão objeto de análise apurada e criteriosa, lastreada em elementos técnicos, por intermédio de processo administrativo para apurar o caso concreto.

**PARÁGRAFO OITAVO:** A referida matriz de riscos é parte integrante do contrato, pois tais obrigações são de resultado e devidamente delimitadas no instrumento convocatório

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Declaram as partes que este instrumento contratual corresponde à manifestação final, completa e exclusiva do acordo entre elas celebrado.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Fica estabelecido neste instrumento contratual a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexistiu, e a proposta do licitante/contratado vencedor (Art. 92, II, Lei Nº 14.133/21).

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A Administração convocará regularmente o interessado para assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o contrato/instrumento equivalente, dentro do prazo e condições estabelecidos, sob pena de decair o direito à contratação (Art. 90, Lei Nº 14.133/21).

**PARÁGRAFO QUARTO:** É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar o contrato/instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação (Art. 90, §2º da Lei Nº 14.133/21).

**PARÁGRAFO QUINTO:** Implicará no cancelamento da Nota de Empenho, se a empresa não atender as solicitações dentro dos prazos estipulados, bem como a entrega de produtos fora das especificações exigidas, e, caso isto ocorra, poderá ser convocada a segunda empresa colocada no certame licitatório para efetuar a entrega dos produtos, em iguais condições do primeiro colocado, e assim sucessivamente por ordem de classificação, ou ainda procedendo a Administração ao cancelamento do certame, caso prejudicada a finalidade pública da contratação quanto ao prazo e evolução mercadológica.

**PARÁGRAFO SEXTO:** Os licitantes/contratado, antes de apresentarem suas propostas, deverão analisar toda a documentação referente a presente licitação, dirimindo, oportunamente, todas as dúvidas, de modo a não incorrerem em omissões.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** As questões decorrentes da execução deste Instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DAS ASSINATURAS, DATA DA CELEBRAÇÃO E VISTO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO:**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Considerando que esta avença é celebrada no bojo de processo virtual que tramita no âmbito do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, a data de celebração será correspondente a da aposição da assinatura eletrônica mais recente de qualquer das partes qualificadas no preâmbulo.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Este instrumento jurídico foi elaborado na forma do art. 23, I, da LCE 620/2011, segundo as informações e documentos constantes dos autos do processo identificado neste instrumento.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Após as assinaturas deste Contrato, a Procuradoria-Geral do Estado providenciará a publicação de resumo no Diário Oficial do Estado, no prazo legal, sem prejuízo de outras publicações que a CONTRATANTE tenha como necessárias.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Para firmeza e como prova do acordado, é lavrado o presente **TERMO DE CONTRATO**, que depois de lido e achado conforme é assinado pelas partes, dele sendo extraídas as cópias que se fizerem necessárias para sua publicação e execução, devidamente certificadas pela Procuradoria Geral do Estado – PGE.

Titular da CONTRATANTE

CONTRATADA

Titular da



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Gustavo Da Mota Macena, Assessor(a)**, em 29/04/2025, às 08:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0059473550** e o código CRC **D7D501E2**.

---

---

**Referência:** Caso responda este(a) Minuta de Contrato, indicar expressamente o Processo nº 0009.004523/2024-21

SEI nº 0059473550